
O BILINGUISMO COMO METODOLOGIA DA LIBRAS PARA A INTERAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO SURDO

Djanes Lemos Ferreira Gabriel (UESPI)
djaneslemos@hotmail.com

Marcos Paulo de Sousa Araújo (UESPI)
mpauloaraujo@hotmail.com

Resumo: Os estudos que analisam a linguagem na sociedade estão cada vez mais em voga. É evidente que com essas pesquisas acerca da língua também se verifica que as diversas formas de linguagem proporcionam o desenvolvimento da interação, logo esses dois elementos não podem ser dissociados. Dessa forma, deve-se compreender que só há interação comunicativa porque há linguagem. É necessário, porém, explicitar que não se pode considerar como formas de expressão apenas a língua oral. Nesse ínterim, lembra-se das discussões em torno da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, que é espaço-visual. Ela é a língua-suporte da comunidade surda e é utilizada diariamente por eles, enquanto a Língua Portuguesa tem outra forma de utilização que não a conversação do dia a dia. Essas duas línguas devem ser ensinadas ao público surdo e não devem ser consideradas como opostas, mas como complementares. Nesse sentido, o presente trabalho analisa como se dá o processo de interação social dos surdos. Ancora-se nas principais discussões acerca do Bilinguismo fazendo um diálogo com autores como Karnopp (1994) e Quadros (1997); além disso, pretende-se dar relevância aos conceitos bakhtinianos de gêneros do discurso, uma vez que para Bakhtin (1997), é através dos gêneros que os homens se comunicam dentro de uma dada sociedade. Benveniste (1991) também será utilizado, quando afirma que é apenas por meio da linguagem que o homem se constitui como sujeito. Assim, esta pesquisa pauta-se em três eixos: linguagem, bilinguismo e gêneros. Em análises, depreende-se que o Bilinguismo é uma metodologia adequada aos surdos, pois é capaz de fazer com que eles interajam ao mesmo tempo com seus amigos, sua família, pessoas que entendem sua língua, e também com outros indivíduos que não a entendam, evitando um atraso na vida desses sujeitos.

Palavras-chave: Linguagem. Surdos. Bilinguismo. Gênero.

1 Introdução

É evidente que os surdos há algum tempo já vem garantindo direitos no Brasil, e isso tem sido um avanço em relação aos grandes sofrimentos que esse público já teve. Se observar-se a história da própria educação dos surdos ver-se-á que eles muito sofreram ao longo dos anos.

As metodologias da LIBRAS nem sempre foram adequadas para atender as necessidades dos surdos. O que a educação deveria ter-lhes proporcionado desde o princípio era a interação social, ou seja, trazer-lhes formas de se comunicarem e expressarem com outros indivíduos como outros quaisquer. Eles deveriam ser ensinados desde muito cedo que

poderiam estabelecer as conexões com qualquer outra pessoa, mesmo que de forma diferenciada.

A linguagem é fonte dessas interações. O surdo tem a capacidade de ser locutor de uma língua(gem), bem como de uma língua. A LIBRAS é a língua que os surdos aprendem a falar e com ela comunicam-se. Porém, devem também se comunicar com os ouvintes, uma vez que o Brasil é uma comunidade assim. A partir disso, observa-se que uma metodologia que atende essas duas formas de comunicação é o Bilinguismo. Mas até que ponto ela supre a necessidade dos surdos? Este trabalho surge a partir dessas discussões e tem como principal objetivo discutir e analisar o processo de interação social do sujeito surdo, partindo, para isso, das teorias da linguagem de Benveniste (1989), linguagem enquanto meio para a ponte comunicativa; Bilinguismo, enquanto metodologia atual da Libras, e gêneros dos discursos, uma vez que a comunicação se dá através deles.

O trabalho se faz necessário devido às grandes discussões acerca do surdo no Brasil, bem como de sua língua. É de grande valia verificar também, nesse ínterim, como o sujeito se apropria de sua língua e como o Bilinguismo medeia isso. Pensa-se que quanto mais pesquisas houver nesse âmbito, mais as dificuldades serão sanadas, existirão, posteriormente, mais melhorias e políticas públicas para essa comunidade.

2 Linguagem e Libras

Em todos os tempos, desde o início da civilização, a linguagem sempre foi uma questão de bastante relevância em meio social. Os indivíduos em todos os contextos e épocas sentiram a necessidade de se comunicarem com os parceiros de seus grupos e, para isso, utilizaram-se dos diversos instrumentos corporais de que dispunham. Assim, eles conseguiram manifestar a fala, porém, antes disso, tiveram que testar as mais variadas formas de comunicação como gestos e mímicas.

Hoje em dia, diferente dos homens primatas, tem-se diversificadas maneiras para a exposição de sentidos e opiniões. Em um mundo pós-moderno, a linguagem é mais acessível e seu funcionamento é plural. Conta-se, neste terreno ultramoderno, com a tecnologia e todas as redes sociais que ela dispõe, com o corpo, com a fala, dentre outras, para a transmissão de informações. Mas, deve-se questionar: o que é mesmo linguagem e para que

ela existe? Como ela se efetiva no mundo? É necessário lembrar que pensar linguagem é também discutir relações entre o homem e seu meio.

Entre tantos teóricos que estudam a linguagem seja no processo de aquisição, seja no processo de uso, escolheram-se para esta pesquisa as reflexões de Émile Benveniste (1988), em seu célebre trabalho intitulado “Da subjetividade da linguagem” porque neste há uma vasta discussão não somente do homem, nem tão só da linguagem, mas da relação que se estabelece entre eles dois, logo do que é o homem em sua interação com aquilo que garante a comunicação.

Essa interação só é possível porque de acordo com o autor quem fala está sempre em uma relação de oposição com outro. O *eu* que diz *eu* se faz assim, mas sempre em oposição a um *tu*, ou seja, desde já é importante que se entenda que nesse processo de criação de fala há efetivamente dois sujeitos colocados cada um em seu lugar. Benveniste (1989) afirma que mesmo que um determinado locutor se imagine em um ato linguageiro sozinho, ele precisa de um *tu* que não aparece porque é imaginário, mas existe.

A linguagem é esta instância comunicacional e interativa de mediação entre locutores. Ela estabelece turnos de fala que acontecem dessa forma: um *eu* locutor se apropria do aparelho formal da enunciação e se dirige a um *tu*, que é alocutário; este pede o lugar de fala e deixa de ser alocutário para tomar a posição de locutor. Essa interação mostra a relação entre os dois partícipes da enunciação, que são as pessoas. No entanto, o aparelho formal da enunciação é constituído não só pelas pessoas do discurso- *eu* e *tu*- mas também pelo espaço e tempo em que ela acontece.

Falar-se-á sobre a enunciação e sua constituição para se chegar a uma escrita sobre a função do sujeito em relação com a linguagem nesse processo.

A enunciação é este “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Ou seja, é um movimento dado à língua por um sujeito colocado em tempo e um espaço. Esse movimento é realizado a partir de três fatores, que são os constituintes do aparelho formal da enunciação: pessoa-tempo-espaço. Há dois sujeitos no processo de enunciação, como já mencionado, mas é o *eu* que se apropria da língua para utilizá-la. O *tu* é apenas um parceiro, alocutário, que pode, posteriormente, ser um sujeito. A pessoa que menciona na enunciação é sempre o *eu*. Ele cria e está ancorado em um tempo e um espaço.

O tempo da enunciação é sempre o *presente*, criado pelo *eu*. A partir da criação desse tempo surge a criação de outros, que são o passado e o futuro, no entanto, só se pode dizer que existe um amanhã porque existe um hoje, da mesma forma pode-se dizer com o passado. O tempo *presente* cria-se fazendo referências a outros tempos. Dessa mesma maneira, cria-se o espaço. Só existe outro lugar porque existe o *aqui*. *Aqui* é o lugar de fala do sujeito e a partir dele podem-se fazer referências a outros espaços de enunciação. Então, para Benveniste (1989) o aparelho é formado pelo *ego-hic-nunc*, ou seja, eu-aqui-agora.

Para sintetizar o que se evidenciou até agora, pode-se utilizar as seguintes palavras do autor que explicitam os parceiros da enunciação. É a partir desse diálogo, exemplo da estrutura da enunciação, que se atualiza o tempo e o espaço.

[...] o que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas "figuras" igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. (BENVENISTE, 1989, p. 87)

Percebe-se que a categoria de pessoa é a mais importante para esse processo dialógico por razões claras. Pode-se questionar a partir dessas discussões: Em que aspectos no bojo dessa temática, especificamente, entra a relação do sujeito com a linguagem? Para responder a essa indagação necessita-se de mais algumas reflexões.

Dentro do texto que Benveniste (1988) intitulou *Da subjetividade na linguagem* pode-se verificar exatamente a relação que se estabelece entre esses dois elementos. Para o teórico, "é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito do ego" (BENVENISTE, 1988, p. 286). O autor acrescenta que ser sujeito, ou melhor, propor-se como tal por meio da linguagem é a capacidade de o locutor utilizar o sistema linguístico para dizer "ego". Assim, o sujeito pode ser entendido não como um indivíduo, ser físico, mas como uma instância produzida pela enunciação. Os sujeitos de linguagem criam enunciados, e estes criam a realidade.

O estudioso afirma que "a realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso que o *eu* designa o locutor, e este se enuncia como "sujeito". É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua"

(BENVENISTE, 1988, p. 288). Pode-se entender, a partir dessa citação, que é tudo uma invenção/criação languageira. A linguagem é possibilidade de instauração do real, uma vez que ela propicia um sujeito criador a cada uma nova enunciação. O sujeito pode instaurar pessoas, temporalidades, espaços, enfim, referências diversas em seu discurso.

É por esse motivo que se considera a língua apenas como possibilidade de língua se ela não for utilizada por um sujeito, pois existe um código, mas ele só fará sentido quando utilizado por um *eu* no processo enunciativo.

A relação, pois, entre a linguagem e o sujeito se constitui internamente à criação da realidade. Para isso, necessita-se da interação entre os parceiros dialógicos. Se a língua é constituída por esses fatores, é clara a quantidade de línguas que existem no mundo. Nos últimos anos, vem-se muito intensificando as discussões sobre uma língua que por ter uma forma diferente de utilização muitos dizem que ela não é língua. Está-se falando da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS.

A LIBRAS causa muita discussão porque ela é espaço-visual e assim sendo há quem se confunda com gestos e mímicas. No entanto, ela é uma língua como o português ou o francês, por exemplo, porque nela é possível encontrar os códigos, as formações, processos linguísticos etc. A diferença que há entre a LIBRAS e as outras línguas está na superficialidade. Deve-se questionar quando se vai falar sobre essa temática o seguinte: O que, na realidade, caracteriza uma língua? Essa indagação não é de difícil resolução, basta apenas se verificar o que já se teorizou até aqui.

O que caracteriza uma língua de acordo com Benveniste (1988) é a sua capacidade de ser instrumento para a comunicação entre os falantes. De acordo com o autor,

Todos os caracteres da linguagem, sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra. (BENVENISTE, 1988, p. 285)

Se uma língua, nessa concepção, serve para a comunicação e levando em consideração que toda língua tem estruturas, funcionamento, organização, e informam uma “coisa”, ou seja, uma mensagem como visto na citação acima, deve-se considerar a LIBRAS

como língua, uma vez que ela obedece a esses critérios. Ainda pode-se evidenciar que a Língua Brasileira de Sinais pode referenciar e criar a realidade, pessoas, tempo e espaço. O sujeito-surdo não é menos sujeito de linguagem por utilizar sua língua. Ele interage por meio da linguagem e nela se torna autor de sua realidade.

Por causa da ignorância de muitos, há ainda hoje preconceito com os surdos, e muito tem a ver com a forma de eles se comunicarem. Isso tem ocorrido até mesmo em escolas onde eles estudam. A seguir será explanado um breve relato da história da educação dos surdos.

3 História da Educação dos Surdos

Na Antiguidade, os surdos eram percebidos como incapazes, não-humanos, pois não possuíam a capacidade de desenvolver a linguagem padrão daquela época, logo diziam que eles não pensavam. Na Idade Média, a Igreja exerceu uma forte influência. Na visão religiosa, a família que tinha um filho surdo estava sendo castigada por algum pecado que havia cometido. Nesse tempo, surgiram as primeiras tentativas de educar os surdos, e seus primeiros professores foram os monges Beneditinos, que haviam desenvolvido uma linguagem gestual por ter feito Voto de Silêncio.

No século XVIII, a figura do Abade Charles Michel de L. Epée foi fundamental para uma grande mudança na educação dos surdos, ele fundou a primeira escola pública e criou os Sinais Metódicos. Em via oposta, surgem as ideias de Samuel Heinick com uma visão oralista que rejeitava a língua de sinais. Ele fundou a primeira escola pública oralista para surdos. Em 1860, surgiram muitos opositores à língua de sinais e o oralismo ganha força como metodologia. Com o avanço da tecnologia, as técnicas de oralização do surdo se desenvolvem e a sociedade passa a acreditar que o surdo poderia desenvolver a língua oral da mesma forma do ouvinte. A educação dos surdos, então, passa por um retrocesso. As escolas deixam de utilizar a língua de sinais e a oralização passa a ser o foco da educação deles.

Para entender os entraves e os possíveis avanços em relação à educação formal do sujeito surdo, faz-se necessário um retorno ao passado, assim como considerar as abordagens educacionais que perpassaram a educação dessa comunidade e aspectos que determinaram sua condição atual. Para isso, abordar-se-ão as concepções que, ao longo do

tempo, permearam a vida do surdo com o intuito de inseri-lo na comunidade ouvinte e assim trazê-lo para a "normalidade". Ainda serão abordadas as consequências que essas filosofias educacionais produziram no desenvolvimento do surdo. Após, falar-se-á do Bilinguismo como metodologia mais adequada para atender as necessidades de interação social, educacional e de linguagem do surdo na comunidade ouvinte, mas considerando sua singularidade como usuário de uma língua visual-motora.

3.1 *Oralismo*

Em 1880, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, que aconteceu em Milão, colocou-se em votação qual método seria o mais adequado para a educação dos surdos, o método oral ou a língua de sinais. O Oralismo venceu e a língua de sinais foi proibida nas escolas por 100 anos. Essa época é considerada um atraso e estagnação no desenvolvimento do surdo. A noção que se tem de linguagem, aqui, é limitada à língua oral, apenas como código, assim, o surdo, para integrar-se na comunidade ouvinte, tinha que oralizar e, para isso, era submetido a exercícios exaustivos de fala. Nessa concepção, a surdez é considerada uma patologia, precisando o surdo ser reabilitado em direção à "normalidade". Um dos processos de reabilitação do Oralismo aproveita os resíduos auditivos dos surdos para desenvolver a fala. "Pela audição e, em algumas metodologias, também com base nas vibrações corporais e da leitura oro-facial, a criança deve chegar à compreensão da fala dos outros e por último começar a oralizar". (GOLDFELD, 2002, p.35)

A história mostra que colocar a língua oral como prioridade para o surdo acarreta um atraso intelectual, pois há um atraso de linguagem e de comunicação. Vale ressaltar que a linguagem, nessa tendência, era entendida em uma primeira visão: linguagem como expressão do pensamento, que servia apenas para o sujeito falar e expor aquilo que quisesse, mas como ele não sabia emitir palavras faladas, pensavam que elas não produziam pensamento. Os teóricos e estudiosos que defendiam o oralismo não entendiam que a linguagem é fonte de outras características, como a própria interação. As técnicas de oralização não surtem o efeito esperado, então, na década de 60, surge um novo método chamado Comunicação Total, que será abordado a seguir.

3.2 Comunicação Total

Em 1960, com o fracasso do Oralismo, a Comunicação Total é adotada não especificamente como método de educação, mas como processo comunicativo entre surdos e surdos, e surdos e ouvintes, combinando sinais, fala, leitura labial e treino auditivo, ou seja, qualquer recurso linguístico que facilitasse a comunicação. De acordo com essa filosofia, os aspectos sociais, cognitivos e emocionais são primordiais, muito mais que a aprendizagem da língua oral.

Goldfeld (2002) afirma que a Comunicação Total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda, pois se vê que a criança surda que era exposta ao Oralismo aprendia a língua, mas não tinha desenvolvimento cognitivo adequado.

No Brasil, a Comunicação Total utiliza a datilologia, que é o uso do alfabeto manual.

Na Comunicação Total a língua de sinais não é utilizada de forma plena, não é considerada como língua natural do surdo, acarretando, assim, na utilização de formas artificiais na comunicação.

Nessa visão, há outra noção de linguagem. Aqui, ela é vista como fonte de comunicação, pois se observa que essa tendência valoriza e põe em grau elevado de hierarquia a comunicação entre surdos e seus interlocutores, porém, ainda não em uma forma plena, ou seja, os surdos ainda não eram vistos como sujeitos que necessitavam de se interagirem com os demais, uma vez que eles não garantiram sua língua para falarem livremente com seus parceiros comunicativos surdos; Ainda eram usuários de artificialidade.

Os estudos linguísticos realizados por Stokoe foram essenciais para o reconhecimento da Libras como língua e a partir daí houve um significativo ganho para a comunidade surda, que teve sua cultura e identidade respeitados. A partir desses estudos o Bilinguismo ganha notoriedade e passa a ser considerado como método que atende as especificidades da comunidade surda e esse sujeito passa a ter seus direitos educativos respeitados.

3.3 Bilinguismo

Os estudos na área da surdez, especificamente, sobre a língua de sinais, a partir da década de 70, foram essenciais e imperativos para o surgimento e desenvolvimento do

Bilinguismo. As pesquisas demonstraram a importância da Língua de Sinais no desenvolvimento do indivíduo surdo, os aspectos linguísticos passaram a ser conhecidos, configurando como fator primordial na educação formal escolar do surdo.

Bilinguismo é o termo usado para designar o uso de duas ou mais línguas pelo falante. A situação bilíngue dos surdos brasileiros considera duas línguas, L1, a Libras, e L2, a Língua Portuguesa na modalidade escrita. "O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa". (RONICE, 2006, p. 13).

É importante ressaltar que o Bilinguismo é muito mais que o uso de duas ou mais línguas, mas é uma metodologia de ensino que atende satisfatoriamente ao sujeito surdo. As pesquisas demonstram que essa é a proposta mais adequada para o ensino do sujeito surdo, pois coloca a Libras como uma língua autônoma e como facilitadora do ensino da L2, Língua Portuguesa. A proposta Bilíngue coloca como primordial o contato do surdo com adultos fluentes da língua de sinais, para que haja um aprendizado significativo.

A metodologia Bilíngue preceitua que a criança surda deve iniciar seus estudos em língua de sinais, ou seja, ela deve primeiramente ser alfabetizada na sua língua natural para depois aprender a segunda língua, na forma escrita. Ronice (2006, p.20) enfatiza que "as crianças com acesso à língua de sinais desde muito cedo desfrutam da possibilidade de adentrar no mundo da linguagem com todas as suas nuances".

E ainda assevera que "a tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua". (RONICE, 2006, p. 24)

De acordo com a lei 10.436 de 24 de abril de 2000, Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras– não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Portanto, no contexto Bilíngue do surdo, ele tem a necessidade de aprender a L2, no caso, a Língua Portuguesa na modalidade escrita, para participar das situações comunicativas essenciais ao convívio social, e, para isso, a L1 é o meio que facilita essa aprendizagem.

Logo, percebe-se que esta é a metodologia que atende ao critério de interação social do surdo, pois atende realmente a comunicação tanto dele com outros surdos quanto dele com a vida em sociedade. Essa metodologia prepara o surdo para condições formais e informais na sociedade. É evidente, porém, que há ainda muito a ser mudado, mas por ora, esta é a melhor arma.

Essas três noções de linguagens foram retiradas de Travaglia (1995). O autor faz um levantamento de vários conceitos de língua, linguagem, texto etc. No que diz respeito à linguagem, que mais interessa neste trabalho, ele diz que ela pode ser entendida como expressão do pensamento, código de comunicação e interação social. Associou-se cada um desses conceitos a uma tendência que existiu na história da educação dos surdos. Linguagem como expressão do pensamento- Oralismo; código de comunicação- Comunicação total; Interação social- Bilinguismo.

4 Bilinguismo e Gênero: possíveis relações na interação do surdo

4.1 A aplicabilidade dos gêneros: entre a teoria e a prática

Viu-se que muitas filosofias educacionais perpassaram a história do surdo numa tentativa de integrá-lo à comunidade ouvinte. Cada filosofia educacional tinha um conceito de língua como pressuposto para o ensino do sujeito surdo. Em relação ao Oralismo, uma das abordagens mais aplicadas, a língua é vista como um conjunto de regras abstratas que tem como função a comunicação. No Oralismo, a criança surda não aprende de forma natural e contextualizada, pois ela é levada a adquirir de forma artificial uma língua que precisa ser ouvida, e o surdo não possui o principal meio de aquisição da língua oral, que é a audição. A língua materna não se aprende formalmente, por meio de exercícios exaustivos de oralização, ela se desenvolve nas interações sociais do dia a dia, nas situações informais de comunicação. Bakthin apud Goldfeld (2002, p. 93) diz:

Na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores.

Portanto, o Oralismo como metodologia de ensino para o surdo não atende suas necessidades de comunicação nem dá conta de inseri-lo na comunidade ouvinte. Além das dificuldades lingüísticas, a criança surda que não tem acesso desde cedo à sua língua natural, língua de sinais, apresenta dificuldades cognitivas. Segundo Goldfeld (2002, p.99) “a aprendizagem, em geral, fica prejudicada nas crianças que não recebem uma língua

espontaneamente no diálogo, como ocorre nas crianças surdas que são expostas apenas à língua oral”.

Atualmente, existe outra concepção mais abrangente dentro de uma perspectiva da educação do surdo, que engloba um conceito de língua que considera os falantes e o contexto comunicativo, o Bilinguismo.

A proposta Bilíngue possibilita ao surdo fazer uso de duas línguas, na qual a Libras é utilizada como intermediadora da aprendizagem da Língua Portuguesa, L2. A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 reconhecem a Libras como meio legal de comunicação da comunidade surda brasileira e garantem uma educação de qualidade a essa comunidade. A partir de tal fato, muitas pesquisas e discussões acerca da Libras e do processo de educação do surdo ganharam espaço. Assim, são cada vez mais crescentes as indagações em relação às metodologias de ensino de L2 para o surdo.

Partindo-se da concepção de língua(gem) como interação social e comunicativa, deve-se asseverar que o ensino de uma língua deve privilegiar aspectos comunicativos que façam sentido, que atendam a um real situação de comunicação.

Botelho (2005, p. 112) esclarece que:

Tornar-se letrado numa abordagem bilíngue pressupõe a utilização de línguas de sinais para o ensino de todas as disciplinas. Proporcionada como primeira língua (L1), o aprendizado da língua de sinais é oferecido aos surdos em situações significativas, como jogos, brincadeiras e narrativas de estórias, mediante a interação com outros surdos adultos competentes em língua de sinais. Faz também parte do projeto bilíngue que todo o corpo de funcionários da escola, surdos e ouvintes, e os pais, aprendam e utilizem a língua sinais.

Atesta-se, assim, que a aquisição da L2 (Língua Portuguesa) pelo surdo só terá êxito se significada pela L1, ou seja, a Libras, no caso do Brasil. E essa aquisição deve ocorrer partindo de contextos significativos verdadeiros. Zamel *apud* Quadros (2008, p. 98) afirma que “a produção criativa é possível somente quando envolve situações comunicativas verdadeiras e quando o aluno identifica as possibilidades da nova língua - L2 - enquanto objeto social/interacional”.

Ou seja, a aprendizagem só acontece de forma efetiva se partir da realidade e quando o aluno reconhece o valor e a função daquilo que precisa aprender, e coloca em prática em situações reais do cotidiano.

No contexto do Bilinguismo há um aspecto essencial que auxilia na aquisição de uma segunda língua, partindo do uso e aplicação dos gêneros textuais. Os alunos surdos têm muita dificuldade na aquisição da leitura e escrita, assim, o ensino da Língua Portuguesa como L2 deve partir dos gêneros textuais, pois são textos reais que descrevem as situações diárias de interação social. A importância dos gêneros textuais como recurso pedagógico de ensino também é destaque nos PCNs, que recomendam que sejam contemplados textos como cartas, receitas, rótulos, calendários, poemas, folhetos, entre outros. O uso de diferentes textos como recurso didático é muito pertinente em se tratando do ensino de português para surdos. Através dos diversos gêneros, o aluno surdo é capaz de compreender e interpretar um texto em suas diversas situações de uso. Em relação ao ensino de Português como segunda língua, a leitura de vários gêneros possibilitará a aquisição da escrita. “A leitura deve ser uma das principais preocupações no ensino de português como segunda língua para o surdo, tendo em vista que constitui uma etapa fundamental para a aprendizagem da escrita.” (SALLES, 2004b, p. 20).

Considerando que o aprendizado de uma língua não se resume aos aspectos gramaticais, surge então a necessidade de inserir os gêneros textuais no ensino de português para o surdo, a fim de formar sujeitos capazes de refletir sobre a língua, sabendo que o uso se constitui em situações reais, pois assim estaremos ensinando para além da sala de aula.

Embora os surdos tenham uma língua materna, de caráter visual-motor, eles vivem numa sociedade em que a maioria é ouvinte e utiliza a língua oral, portanto, as informações são repassadas pela língua portuguesa, daí a necessidade e importância de os surdos se tornarem sujeitos letrados, por isso a escola precisa dispor de meios que possibilitem a aprendizagem da Língua Portuguesa (LP) em contextos variados e de uso cotidiano. É importante ressaltar que a Libras deve ser a língua materna do surdo, para que, a partir dela, ele adquira a Língua Portuguesa na modalidade escrita. A educação bilíngue, nesse sentido, deve assumir o uso das duas línguas, LS e LP, para, a partir da língua materna ensinar a LP, na modalidade escrita. É imprescindível que o ensino de Língua Portuguesa considere a língua de sinais, pois é essa língua que fará sentido para o surdo e funciona como facilitadora da aprendizagem do mesmo, pois ele consegue entender o mundo através dessa língua.

Acredita-se, pois, que a melhor forma de interação e possibilidade de desenvolvimento do sujeito surdo seja por meio do Bilinguismo, já que a aquisição da língua

de sinais é o único modo de evitar que o surdo tenha um atraso de linguagem e, conseqüentemente, de aprendizagem.

5 Apontamentos Finais

A linguagem é algo inerente ao ser humano e se faz necessária em toda e qualquer sociedade. Ela é fonte de comunicação e é o meio através do qual se estabelece pontes entre os partícipes de uma determinada situação. A criação languageira traduz uma realidade que é aquela do sujeito falante.

Viu-se que a linguagem se materializa em gêneros, e é por isso que a comunicação é estabelecida e efetivada por meio deles, pois norteiam a realidade, sejam gêneros primários (como bilhete, conversa, receita de bolo etc.) seja secundários (como artigos científicos, romances, anúncio publicitário etc.). É por isso que há uma inter-relação entre língua(gem) e construções de gêneros.

A partir desses conhecimentos, foi-se observado que para o sujeito surdo interagir socialmente é necessário que ele tenha o conhecimento de uma língua(gem) que lhes auxilie em sua relação com os demais indivíduos da sua esfera social. Em vista disso, analisou-se que a melhor metodologia para a educação dos surdos é o Bilinguismo, porque proporciona ao aluno surdo se apropriar de duas línguas, o que quer dizer que os eles poderão comunicar-se tanto com aqueles que são surdos (através da Língua de Sinais) quanto com aqueles que são ouvintes (através da Língua de Sinais, ou através da escrita em língua portuguesa).

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mjkhilovitch. **Estética da criação verbal** (tradução a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G.). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 2. Ed. São Paulo: Campinas, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. Ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

MOURA, Marcia Cecília. **Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

SALLES, Heloísa Maria Moreira et al. **Ensino de Português para Surdos**. Caminhos para a prática pedagógica. vol.2. Brasília, 2007.

TRAVAGLIA, L.C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino da Gramática no 10 e 20 Graus. São Paulo: Cortez, 3 ed. 1995.